



Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás.

Acessibilidade em Bibliotecas Universitárias no Brasil: análise dos indicadores do censo da educação superior (2022–2024)

Accessibility in university libraries in Brazil: an analysis of indicators from the Higher Education Census (2022–2024)

Meriely Almeida – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Campus Arcos (IFMG) – meriely.almeida@ifmg.edu.br

Resumo: Este estudo analisa a evolução da acessibilidade em bibliotecas universitárias brasileiras (2022–2024), cruzando dados do Censo da Educação Superior com as exigências do SINAES. Por meio de abordagem mista e longitudinal, isolou-se as variáveis do Censo aplicadas a esses espaços nas dimensões física, informacional e tecnológica. Os resultados revelam que, apesar do aprimoramento metodológico do INEP, persiste um abismo entre o cenário autodeclarado e a realidade prática. Enquanto a infraestrutura arquitetônica mostra-se mais madura, o acesso a acervos acessíveis e a softwares assistivos continua muito aquém do esperado, sobretudo nas instituições públicas. Conclui-se que a acessibilidade deve superar o mero cumprimento burocrático e consolidar-se como compromisso institucional para a permanência dos estudantes.

Palavras-chave: Acessibilidade. Bibliotecas universitárias. Inclusão.

Abstract: This study analyzes the evolution of accessibility in Brazilian university libraries (2022–2024), cross-referencing data from the Higher Education Census with the requirements of the National System for the Evaluation of Higher Education (SINAES). Through a mixed and longitudinal approach, the Census variables applied to these spaces were isolated in the physical, informational, and technological dimensions. The results reveal that, despite the methodological improvement of INEP (National Institute for Educational Studies and Research), a gap persists between the self-declared scenario and the practical reality. While the architectural infrastructure appears more mature, access to accessible collections and assistive software remains far below expectations, especially in public institutions. It is concluded that accessibility must go beyond mere bureaucratic compliance and consolidate itself as an institutional commitment for student retention.



Keywords: Accessibility. University libraries. Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

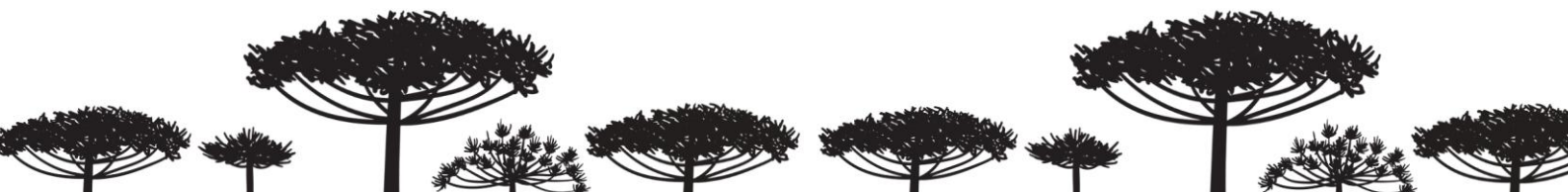
A expansão do ensino superior no Brasil tem ampliado o debate sobre inclusão e permanência estudantil, tornando a acessibilidade um elemento central nas políticas educacionais. Nesse cenário, as bibliotecas universitárias ocupam um papel estratégico, pois concentram o acesso à informação e apoiam diretamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A acessibilidade nesses espaços não se limita à estrutura física, mas envolve também condições informacionais e tecnológicas que garantam autonomia e uso equitativo dos serviços. Ainda assim, sua implementação ocorre de forma desigual entre as instituições, o que evidencia desafios na consolidação de práticas inclusivas no ambiente universitário.

Como base empírica, este estudo utiliza o Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), principal levantamento estatístico da educação superior brasileira. O Censo reúne informações sobre instituições, cursos, infraestrutura e funcionamento acadêmico, sendo fundamental para o monitoramento das políticas públicas educacionais.

A partir de 2022, o Censo passou a incorporar de forma mais estruturada indicadores de acessibilidade, incluindo dados específicos sobre bibliotecas universitárias, o que possibilita análises mais consistentes sobre a realidade desses espaços ao longo do tempo. Esse avanço metodológico fortalece o uso do Censo como fonte para estudos sobre inclusão no ensino superior.

Essa coleta de dados realizada pelo INEP converge com as diretrizes dos Instrumentos de Avaliação Institucional do SINAES, os quais preconizam que a acessibilidade nas bibliotecas universitárias supera a mera eliminação de barreiras arquitetônicas. Para o sistema avaliativo, a inclusão é mensurada de forma direta e transversal no Eixo 5 (Infraestrutura), especialmente por meio do Indicador de Infraestrutura da Biblioteca, que exige recursos tecnológicos de consulta e condições para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), além dos indicadores de Bibliografia Básica e Bibliografia Complementar, que avaliam a acessibilidade física e digital do acervo. Adicionalmente, o instrumento articula essas métricas com o indicador



de Acessibilidade (geralmente disposto no Eixo 3), pressupondo uma estrutura integrada que mitigue barreiras comunicacionais e atitudinais através de tecnologias assistivas atualizadas e equipes capacitadas. Dessa forma, o acompanhamento desses indicadores específicos deixa de ser um mero cumprimento de exigências regulatórias de credenciamento e assume o papel de validar a biblioteca como um espaço democrático, indispensável para a permanência e o êxito acadêmico de estudantes com deficiência. (Brasil, 2017).

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar comparativamente os indicadores de acessibilidade em bibliotecas universitárias brasileiras entre 2022 a 2024, identificando os avanços, limites e potencialidades nas dimensões física, informacional e tecnológica.

1.1 Acessibilidade em Bibliotecas

A educação inclusiva propõe a superação de barreiras por meio da reestruturação de práticas pedagógicas, culturais e institucionais, promovendo autonomia e respeito à diversidade. Nesse contexto, a biblioteca assume papel central no apoio ao ensino, pesquisa e extensão, ao garantir acesso à informação e à disseminação do conhecimento, além de constituir-se como espaço de convivência e inclusão. A acessibilidade em bibliotecas envolve dimensões arquitetônicas, comunicacionais, informacionais e atitudinais (Mazzoni *et al.*, 2001), sendo essencial para a efetivação do acesso equitativo à informação.

No contexto normativo brasileiro, a acessibilidade em bibliotecas é orientada por diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que estabelecem parâmetros para garantir autonomia, segurança e uso independente dos espaços. A NBR 9050:2020 sistematiza critérios de acessibilidade em edificações, mobiliário e equipamentos, incluindo as condições de circulação e uso em bibliotecas (ABNT, 2020), enquanto a NBR 15599:2008 trata da acessibilidade na comunicação em serviços, orientando práticas de sinalização, atendimento e mediação inclusiva da informação (ABNT, 2008).

A literatura recente reforça que a biblioteca acessível depende da integração entre infraestrutura adequada, normas técnicas atualizadas e qualificação profissional, com destaque para o papel do bibliotecário na mediação da informação e inclusão de usuários com necessidades específicas (Souza Et Al., 2013; Pinheiro; Crivellari, 2020).



Nesse cenário, destacam-se as tecnologias assistivas, compreendidas como um conjunto de recursos, serviços, estratégias e práticas que visam ampliar a funcionalidade, a autonomia e a participação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no acesso à informação (Bersch; Tonolli, 2020). Em bibliotecas, essas tecnologias são fundamentais para a eliminação de barreiras informacionais e comunicacionais, promovendo o uso independente dos serviços e recursos informacionais (Manzini; Wellichan, 2024).

Entre os principais exemplos aplicáveis ao ambiente bibliotecário, destacam-se leitores de tela, ampliadores de caracteres, sintetizadores de voz, softwares de leitura e escrita acessível, teclados adaptados, materiais em Braille, audiolivros e plataformas digitais com recursos de acessibilidade. Esses recursos permitem o acesso a diferentes formatos de informação e ampliam a inclusão de usuários com necessidades específicas (Santos; Carvalho, 2020).

No contexto das bibliotecas contemporâneas, especialmente digitais e híbridas, a tecnologia assistiva deve ser compreendida não apenas como recurso pontual, mas como parte estruturante do sistema de acesso à informação, integrada ao planejamento dos serviços bibliotecários (Rodrigues; Amaral, 2024). Sua adoção fortalece a autonomia do usuário e contribui para a efetivação do direito à informação em ambientes inclusivos.

Avançar na compreensão da acessibilidade em bibliotecas universitárias em escala nacional requer, além dos marcos normativos e das discussões teóricas já apresentados, dados que permitam observar como essa realidade se configura concretamente nas instituições ao longo do tempo. O Censo da Educação Superior, realizado pelo INEP, é a principal fonte de dados estatísticos sobre o ensino superior no Brasil e, a partir de 2022, passou a reunir de forma mais estruturada informações sobre acessibilidade nas instituições, incluindo aspectos diretamente relacionados às bibliotecas universitárias.

Essa mudança representa um avanço importante, pois torna visíveis tanto os progressos alcançados quanto as lacunas que ainda persistem na promoção da inclusão. Ao detalhar a realidade institucional, o Censo qualifica o debate sobre políticas públicas e reforça a ideia de que as bibliotecas devem ser estruturalmente comprometidas com a acessibilidade e o direito à informação, e não apenas se adaptarem pontualmente a



demandas específicas. A efetivação da acessibilidade em bibliotecas universitárias depende, assim, da articulação entre práticas comunicacionais e informacionais, já que a inclusão envolve o pleno direito à informação no contexto institucional (SANTOS, 2024).

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa possui natureza mista, quali-quantitativa, e delineamento longitudinal e descritivo. Sua estruturação parte de um levantamento bibliográfico e documental, este último fundamentado nos resumos técnicos do Censo da Educação Superior referentes aos anos de 2022, 2023 e 2024. Trata-se de uma abordagem que recorre a dados oficiais já produzidos pelo INEP, método amplamente consolidado em análises de natureza social (Sá-Silva; Almeida; Guindane, 2009).

Os procedimentos de coleta consistiram no acesso ao portal do instituto e na extração dos dados estatísticos do Censo aplicáveis especificamente às bibliotecas universitárias, selecionando-se as variáveis censitárias, que possuem natureza autodeclarada, e que respondem diretamente aos eixos avaliativos do SINAES (BRASIL, 2022; 2023; 2024). A partir desse recorte, os indicadores foram categorizados e segmentados em três frentes de análise: a dimensão física, que diz respeito à infraestrutura arquitetônica; a dimensão informacional, voltada à disponibilidade de acervos em formatos acessíveis; e a dimensão tecnológica, relacionada aos softwares e recursos assistivos disponíveis nas bibliotecas.

Por fim, os dados foram tabulados e submetidos a tratamento estatístico descritivo, do qual resultaram frequências relativas, expressas em percentuais, referentes ao atendimento de cada indicador. Aplicou-se, então, a análise comparativa longitudinal, de modo a mapear as variações de comportamento, as tendências observadas ao longo do tempo e as eventuais modificações de escopo ocorridas no preenchimento dos relatórios durante o triênio pesquisado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise comparativa dos dados do Censo da Educação Superior entre 2022 e 2024 evidencia avanços na mensuração da acessibilidade em bibliotecas universitárias, embora revele sérias limitações na sua implementação prática, especialmente nas dimensões informacional e tecnológica. O Censo constitui-se como base oficial para subsidiar políticas públicas e planejamento institucional (Brasil, 2024). A partir de 2022,

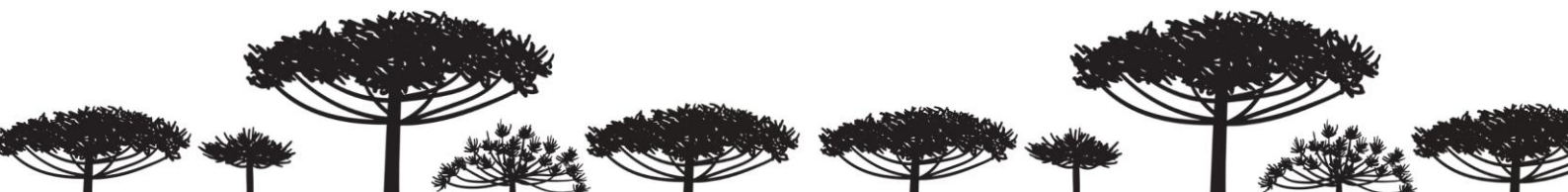


a inclusão sistemática de variáveis de acessibilidade permitiu o início de uma série histórica comparativa.

No ano de 2022, os dados indicaram uma elevada proporção de bibliotecas acessíveis, sugerindo alinhamento às exigências normativas de infraestrutura física. Contudo, por serem dados autodeclaratórios prestados pelas próprias instituições, a taxa observada pode refletir mais o cumprimento formal de requisitos do que a garantia de acessibilidade plena (Brasil, 2023). O **Quadro 4** sintetiza as modificações metodológicas e os percentuais de atendimento no período.

Quadro 1 – Modificações Metodológicas e Percentual de Adequação das Bibliotecas Universitárias aos Indicadores de Acessibilidade (2022–2024)

Dimensão do Indicador	Modificação Identificada no Relatório/Censo	% de Bibliotecas que Contemplaram	% de Bibliotecas que NÃO Contemplaram	Problemática Identificada para Discussão
Geral / Metodológica	2022: Inclusão de variável binária genérica ("Possui acessibilidade: Sim/Não"). 2023-2024: Fim do dado genérico; segmentação obrigatória por subitens de infraestrutura e tecnologia.	82,5% (2022) -- (2023/24)	17,5% (2022) -- (2023/24)	Viés da autodeclaração: O dado inflado de 2022 mascarava a ausência de recursos complexos, gerando um cumprimento apenas formal de requisitos pelas instituições.
Dimensão Física (Arquitetônica)	2022: Avaliação concentrada em barreiras físicas gerais. 2023-2024: Desmembramento em itens específicos (portas adequadas, rampas/elevadores, sinalização tátil, sanitário adaptado).	76,2% (2023) 78,4% (2024)	23,8% (2023) 21,6% (2024)	Dimensão mais madura: Apresenta os maiores percentuais de conformidade devido ao histórico de cobranças regulatórias e vistorias físicas in loco do SINAES.
Dimensão Informacional (Acervo)	2022: Ausência de indicador específico para acervos na biblioteca. 2023-2024: Abertura dos indicadores de "Acervo em formatos acessíveis" (Braille, audiolivros, e-pubs adaptados).	34,1% (2023) 36,8% (2024)	65,9% (2023) 63,2% (2024)	Gargalo no acesso ao conteúdo: Mais de 60% das bibliotecas não oferecem livros acessíveis, demonstrando que a eliminação de barreiras físicas não assegura o acesso à informação.
Dimensão Tecnológica (Assistiva)	2022: Computadores com internet eram medidos de forma geral.	21,5% (2023) 24,1% (2024)	78,5% (2023) 75,9% (2024)	Exclusão Digital Crônica: O pior indicador do levantamento. Evidencia que as



	2023-2024: Inserção obrigatória de itens de Tecnologia Assistiva (leitores de tela, teclados adaptados, lupas eletrônicas).			tecnologias de autonomia (softwares) não estão integradas aos serviços bibliotecários.
Contraste Administrativo (Digital)	2024: Cruzamento da presença de "Biblioteca Virtual/Plataformas Digitais Acessíveis" entre dependências administrativas	IES Privadas: 62,0% IES Públicas: 28,5%	IES Privadas: 38,0% IES Públicas: 71,5%	Desigualdade Estrutural: restrições orçamentárias limitam a aquisição de licenças digitais acessíveis nas instituições públicas, comprometendo o acesso de alunos PCD..

Fonte: Dados da pesquisa (2026), baseados em dados agregados dos Resumos Técnicos do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2022; 2023; 2024).

O aprimoramento metodológico de 2023 detalhou os indicadores de conteúdo e tecnologia, revelando que a acessibilidade não se distribui de forma homogênea: predominam os aspectos arquitetônicos, enquanto persistem limitações no acesso à informação em formatos acessíveis e na oferta de recursos tecnológicos, restrições agravadas pela falta de acervos adaptados e de planejamento institucional. A tecnologia assistiva é essencial para ampliar a autonomia e participação de pessoas com deficiência nas bibliotecas, eliminando barreiras no uso dos serviços (Berschi; Tonolli, 2020), mas os dados de 2023 expõem a baixa presença de leitores de tela e softwares acessíveis, sobretudo em instituições públicas.

A ausência desses recursos compromete a autonomia de usuários com deficiência visual (Santos, 2026). Assim, o confronto entre 2022 e 2023 evidencia a discrepância entre a acessibilidade declarada e a efetiva, confirmando desafios persistentes na integração de tecnologias e na adaptação de conteúdos. (Santos; Carvalho, 2020).

Em 2024, a acessibilidade consolidou-se como eixo analítico do Censo, com maior ênfase na sua articulação com a transformação digital e a expansão da educação a distância. A acessibilidade digital deve ser pensada de forma integrada aos sistemas, garantindo plataformas e interfaces utilizáveis por todos (Rodrigues; Amaral, 2024), contudo, os dados indicam que essa integração ainda é incipiente.

Ademais, constata-se uma acentuada desigualdade administrativa: instituições privadas incorporam mais recursos tecnológicos e digitais, ao passo que as públicas



enfrentam restrições estruturais e orçamentárias. Essa disparidade reforça a urgência de investimentos públicos direcionados à democratização do ensino superior. As tecnologias assistivas continuam isoladas dos serviços bibliotecários estruturantes, quando sua efetivação demandaria uma inserção consistente no planejamento institucional (Manzini; Wellichan, 2024).

Em suma, a evolução entre 2022 e 2024 demonstra a transição de uma abordagem puramente estrutural para uma perspectiva conceitual mais ampla, que engloba as dimensões informacional e tecnológica. Todavia, essa mudança conceitual não se traduziu em implementação prática homogênea, evidenciando lacunas crônicas entre as normativas vigentes, os dados declaratórios e a realidade das instituições brasileiras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Censo da Educação Superior (2022–2024) demonstra avanços na acessibilidade das bibliotecas universitárias, principalmente na infraestrutura física. No entanto, persistem desafios nas dimensões informacional e tecnológica, indicando que a inclusão ainda não está plenamente incorporada aos serviços e recursos oferecidos. Também foram identificadas diferenças entre instituições públicas e privadas, relacionadas à disponibilidade de investimentos e à capacidade institucional.

Como os dados utilizados são autodeclaratórios, existem limitações quanto à precisão e à comparabilidade das informações, além da ausência de indicadores qualitativos sobre a experiência dos usuários. Dessa forma, recomenda-se que estudos futuros aprofundem a temática por meio de abordagens qualitativas e investigações sobre acessibilidade digital.

Garantir a acessibilidade em bibliotecas universitárias exige um compromisso contínuo com a inclusão, a democratização do acesso à informação e a participação efetiva de todos os usuários.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 15599*: acessibilidade — comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BERSCH, Rita; TONOLLI, José Carlos. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: CEDI, 2020. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/>. Acesso em: 25 abr. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo da Educação Superior 2022: resumo técnico*. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 06 abr. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo da Educação Superior 2023: resumo técnico*. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 06 abr. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo da Educação Superior 2024: resumo técnico*. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 06 abr. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Instrumento de avaliação institucional externa: presencial e a distância: credenciamento*. Brasília, DF: Inep, 2017.

GUERREIRO, E. M. B. R.; PORTO, O. J. F.; CARDOSO, J. R. de A.; VALENTIM, E. F.; SILVA, R. C. da. Acessibilidade na biblioteca do IFAM: campus Manaus Centro. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 321–338, 2015. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1008>. Acesso em: 7 maio. 2026.

MANZINI, Eduardo José; WELLICHAN, Danielle da Silva Pinheiro. Equipamentos de tecnologia assistiva e acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 62, n. 74, 2024. DOI: 10.21680/1981-1802.2024v62n74ID35904. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/35904>. Acesso em: 7 abril. 2026.

MAZZONI, A. A *et al.* Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Cien. Inf**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago.2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/xdprRdF8MLDJWR5pS57zsVj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2026.

RODRIGUES, Felipe; AMARAL, Juliana. Acessibilidade digital em bibliotecas. **Informação & Sociedade**, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/>. Acesso em: 24 abr. 2026.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/>. Acesso em: 17 abr. 2026.



SANTOS, Ana Paula Lima dos. Inclusão, acessibilidade comunicacional e informacional às pessoas com deficiência em bibliotecas universitárias: discussão à luz do conceito de regime de informação. 2024. **Tese** (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/34274>. Acesso em: 07 abr. 2026.

SANTOS, K. G.; CARVALHO, K. A. Acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas universitárias: estudo de caso no CEFET-MG. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, p. 5–19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI>. Acesso em: 22 abr. 2026.

SOUZA, Maria Aparecida *et al.* Inclusão em bibliotecas universitárias. **Biblionline**, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/>. Acesso em: 11 abr. 2026.

